

SUMÁRIO EXECUTIVO

O PO Açores 2014-2020 como um objeto complexo de avaliação

1. O PO Açores 2014-2020 é configurado como um programa operacional (PO) multifundo, tematicamente diversificado, segundo um modelo de miniquadro comunitário, abrangendo no caso vertente Eixos Prioritários que cobrem a totalidade dos Objetivos Temáticos consagrados na programação europeia. Esta abrangência do PO coloca obviamente à avaliação desafios de complexidade, que o Caderno de Encargos procurou mitigar consagrando: (i) duas questões de avaliação de impactos (QA nº 5 centrada nas temáticas dos sistemas de incentivos às empresas, ações coletivas e empreendedorismo e QA nº 6 focada no tema do insucesso e abandono escolar e no combate à exclusão social) e (ii) quatro outras QA centradas nos temas da relevância e pertinência, eficácia, eficiência e valor acrescentado europeu.
2. Um outro elemento de contextualização relevante a assinalar é a forte tradição de planeamento estratégico setorial existente na RAA, em grande medida associada à existência de um quadro de planeamento plurianual; assim, embora a mobilização dos FEEI apresente na RAA uma enorme relevância dada a magnitude e diversidade de meios que envolve, a programação de FEEI é indissociável dos quadros estratégicos que orientam as políticas setoriais do Governo Regional, cujos referenciais estratégicos foram devidamente tidos em conta nesta avaliação não só para efeitos de análise de coerência externa da programação, mas também para efeitos de análise de VAE.

Quadro metodológico da avaliação

3. Tendo em conta a complexidade atrás assinalada, a avaliação seguiu um roteiro metodológico, cujo elemento central e orientador foi a formulação do racional de programação, discutido com a Autoridade de Gestão e um conjunto de *stakeholders* envolvidos na implementação do PO. Com base neste racional de programação foi concebida uma Avaliação Baseada na Teoria (ABT), com versão mais desenvolvida na abordagem às QA nº 5 e 6 (impactos), para as quais foram elaboradas Teorias da Mudança (TdM) específicas, combinadas com os princípios básicos da avaliação realista (com identificação de mecanismos, fatores críticos e elementos de contexto) associados à transformação sequencial de Atividades – Realizações – Resultados de 1º Nível- Resultados de 2º Nível – Impactos. As especificidades e complexidade dos temas das questões de avaliação de impactos (incentivos à atividade empresarial e empreendedorismo, por um lado e insucesso/abandono escolar e exclusão social, por outro) dificultaram a perfeita homogeneização das TdM a eles associados, mas a avaliação privilegiou mais a capacidade de identificação de impactos do que propriamente a elegância formal das duas TdM.
4. A metodologia delineada para abordar a já referida complexidade do objeto de avaliação foi substancialmente condicionada pelo facto de praticamente todo o trabalho ter decorrido em condições de confinamento pandémico. Com exceção de uma missão na RAA de dia e meio para lançar os trabalhos, importante para tomar contacto com a complexidade e diversidade do PO, todo o exercício foi realizado com recurso à plataforma TEAMS. Embora não penalizando a magnitude e diversidade de *stakeholders* auscultados, a impossibilidade de trabalho de terreno condicionou obviamente o que poderíamos chamar os trabalhos de microavaliação com interação com *stakeholders*, questão particularmente relevante na resposta à QA nº 6 e na elaboração do Estudo de Caso que suportava empiricamente a referida abordagem.
5. Apesar deste condicionante, o princípio da abordagem multi-método foi amplamente respeitado, com destaque para o processo de inquirição realizado por questionário eletrónico, concretizado com boas condições de representatividade no caso dos inquiridos aos destinatários finais das tipologias

8.1, 10.3 e 10.1 e 10.4 (jovens que realizaram estágios e alunos dos cursos de formação vocacional e profissional), já que a inquirição às empresas apoiadas não conseguiu alcançar a representatividade pretendida. Na paleta de processos de recolha de informação, o número e diversidade de entrevistas realizadas, os Estudos de Caso de suporte às QA nº 5 (dois EC) e o de suporte à QA nº 6, os Focus-Group realizados e a riqueza da análise documental completaram os processos de inquirição e estenderam a incidência da abordagem multi-método a todo o processo de avaliação.

Conclusões de natureza transversal

Concentração de recursos

6. Beneficiando de uma já longa experiência de programação de FEEI e da sua articulação com o planeamento regional plurianual, o PO Açores 2014-2020 reflete essa experiência, gerindo um largo espectro de instrumentos multifundo (FEDER E FSE), cobrindo as agendas europeias na sua plenitude e respeitando as regras regulamentares da concentração de recursos, com relevo na versão do PO de Dezembro de 2018, para as políticas de emprego, educação e formação e exclusão social, (43,8% da dotação global e às ajudas às empresas (EP 3) que concentra cerca de 24,5 da dotação total do PO, perfazendo em conjunto cerca de 68% dessa dotação global. O que significa que, como reverso da medalha, existem no PO eixos, EP 2 e 11, representavam em conjunto menos de 2% da dotação total do PO. Dado o constrangimento estrutural dos custos de contexto regionais, isso significa que, face à dimensão do problema, o contributo do PO é em si insuficiente.
7. Os 3% da dotação global dedicados à investigação e ao desenvolvimento tecnológico (EP 1) têm de ser compreendidos no quadro da incipiência do Sistema Regional de Inovação dos Açores. A prudência que a condicionalidade *ex-ante* da RIS 3 Açores acabou por impor à dotação do EP 1 tem explicação difícil pelo facto de inicialmente a programação decidiu não promover o apoio a projetos mobilizadores e estruturantes, combatendo a atomização e a profusão de projetos de pequena dimensão. A avaliação considera que dada a evidência de estar em curso essa animação, será dessa dinâmica e só dela que poderá ser possível uma maior ambição de dotação de recursos. Só por essa via será possível desafiar a própria maturação do SRI Açores e os seus principais atores e tirar partido da maturação das duas infraestruturas de base tecnológica NONAGON e TERINOV e a projetada infraestrutura de base tecnológica para o Mar.

A questão das reprogramações

8. Dada a data de reporte do processo de avaliação (31.12.2019), duas reprogramações foram analisadas pela avaliação: a de 5.12.2018 e a que, embora aprovada pela CE em fevereiro de 2020, teve proposta datada de dezembro de 2019. Considera-se que o alcance estratégico da programação não foi beliscado, predominando questões de adaptação à formação da procura com prolongamento para reafetações da reserva de desempenho. Os motivos da reprogramação de dezembro de 2018 são particularmente importantes, pois indiciam problemas estruturais de formação de procura: (i) a difícil maturação do SRI Açores e a sua capacidade de intensificar a procura de apoio ao investimento; (ii) os problemas de gestão das operações de eficiência energética (que implicavam instrumentos financeiros e que enfrentavam a concorrência de outros instrumentos de política pública, mais flexíveis e apelativos, lançados pelo Governo Regional e exigiam um mix de apoios reembolsáveis e não reembolsáveis), (iii) os problemas suscitados pelo concurso público para a construção do ferry de transporte entre ilhas e (iv) a extrema dificuldade em conseguir a adesão das empresas e de trabalhadores para a formação de ativos.

A evolução do contexto em que a programação foi implementada

9. A implementação do PO ocorreu no contexto de uma clara melhoria do contexto macroeconómico regional, com particular notoriedade na evolução do turismo na Região, embora do ponto de vista relativo, isto é face ao todo nacional e face à União Europeia 28 (em termos de paridade de poder de compra), a situação da RAA não melhora, pelo menos quando medida através do produto per capita. Apesar disso, a melhoria do contexto macroeconómico e do mercado de trabalho não significa o desaparecimento dos constrangimentos estruturais, visível na estagnação da convergência real.
10. Em linha com os ventos da melhoria do contexto macro, os instrumentos a que correspondia experiência e fluidez de procura em períodos de programação anteriores (como, por exemplo, apoios ao investimento empresarial destinado a reforçar mercados internos locais, medidas de apoio ao turismo, procura de estágios e de apoios à contratação, cursos profissionais) viram obviamente a sua implementação ser reforçada.
11. Daqui resulta um ponto crítico de futuros períodos de programação: conseguir um equilíbrio entre instrumentos com fluidez de procura que continuem a justificar-se e a necessidade de promover uma mais decisiva implementação de instrumentos correspondentes a constrangimentos estruturais da RAA com maior dificuldade de formação de procura.

Conclusões derivadas da abordagem às questões de avaliação

Pertinência/relevância

12. A avaliação concluiu que o racional de programação que enquadra o PO Açores 2014-2020 está fortemente alinhado com a resposta aos constrangimentos estruturais da RAA, alinhado com a estratégia regional e beneficiando da continuidade de instrumentos de política com capacidade de minimização dos referidos constrangimentos estruturais. Entre estes, a incipiente maturação do SRI Açores, a excessiva proliferação de pequenas e muito pequenas empresas e o reduzido número de grupos empresariais com massa crítica de recursos de investimento, inovação e internacionalização, o modelo de sistemas energéticos autónomos por ilha, a baixa qualificação dos ativos açorianos, a incidência do insucesso e abandono escolar, o reduzido valor social atribuído pelas famílias e indivíduos à formação e seu retorno e os casos de armadilha da pobreza urbana em alguns territórios exigem persistência e continuidade da futura programação.
13. A avaliação concluiu que a programação do PO Açores está assim alinhada com a estratégia regional beneficiando da continuidade de instrumentos de política com capacidade de minimização dos referidos constrangimentos estruturais. Porém, essa continuidade não pode significar uma menor ambição e inovação no aprofundamento de alguns domínios de programação com manifesta dificuldade de formação de procura, embora correspondam a necessidades regionais que assim tenderão a continuar a não ser satisfeitas. O próximo período de programação 2021-2027 será crucial para avaliar se a programação de FEEL poderá intensificar o seu contributo para a mudança estrutural.
14. A avaliação recolheu evidência de alguns domínios de programação com maior contributo possível para a mudança estrutural, merecendo por isso a sua ponderação na futura programação: (i) contributos para a maturação progressiva do SRI Açores, seja do ponto de vista da intensidade colaborativa no seu interior, seja da extensão do ecossistema de inovação; (ii) alcance promissor da ação do NONAGON e do TERINOV, designadamente na promoção do empreendedorismo tecnológico e das oportunidades do *Azores Digital Innovation Hub* e da prática colaborativa com o turismo (Observatório do Turismo); (iii) necessidade de incremento de estratégias de eficiência

coletiva e menos apoio dos FEEI a simples projetos de animação económica local; (iv) potencial para Centros Tecnológicos ilustrados pela ação do INOVA; (v) necessidade de maior foco na redução de custos de contextos para pequenas e médias empresas regionais, com foco na transformação digital; (vi) reforço do modelo energético baseado nas renováveis; (vii) modernização e digitalização das estruturas portuárias; (viii) vencer os obstáculos e os desincentivos à formação nas empresas (empresários e trabalhadores); (ix) programas mais integrados para a resposta às situações localizadas de armadilha da pobreza; (x) racionalização do sistema de ensino vocacional (profissional) da RAA, apoiando a qualificação das Escolas Profissionais e promovendo a especialização no interior do sistema, que a avaliação considera essencial para o tecido empresarial poder valorar melhor o ensino profissional e a ele recorrer com mais confiança.

Eficácia

15. O PO Açores apresenta à data de reporte da avaliação em termos de níveis de compromisso e de execução uma situação globalmente mais positiva do que a observada no PT2020, embora se verifique alguma diferenciação entre o observado no FEDER e no FSE, com uma situação relativamente mais desfavorável no FEDER e sucedendo o contrário no FSE.
16. Em termos de eixos prioritários e de tipologias de intervenção, não pode dizer-se que ao nível de eixo prioritário se registasse qualquer problema relevante em termos de cumprimento de metas e resultados esperados, sobretudo após a decisão de realocar no EP 7 as verbas destinadas à aquisição do veículo de transporte marítimo inter-ilhas à modernização das estruturas aeroportuárias. No âmbito do EP 4, apenas a componente da eficiência energética não revelou procura compatível com as metas estabelecidas, podendo concluir-se que esse indicador de ineficácia se deveu a uma má avaliação das alternativas de instrumentos que os *stakeholders* regionais tinham ao seu alcance para serem apoiados em projetos dessa natureza. Nos restantes EP, avulta a capacidade de investimento dos serviços públicos regionais que, na sequência dos processos de mapeamento realizados no processo de preparação da programação, definiram prioridades de investimento e a calendarização das mesmas que está em linha com as metas estabelecidas. No que respeita ao EP 3 que envolve centralmente a procura das empresas e das entidades com capacidade de gestão de ações coletivas, as metas estabelecidas apresentam-se com uma elevada probabilidade de serem cumpridas, dados os níveis de compromisso e de execução já alcançados. Em alguns domínios de política, designadamente internacionalização e qualificação e inovação, a procura revelada ao nível das ações coletivas está bastante acima da revelada para os mesmos domínios ao nível das empresas individuais, o que sugere uma de duas coisas: ou os efeitos das ações coletivas manifestar-se-ão mais tarde na procura individual das empresas ou a sua envolvência no tecido empresarial regional ficou aquém do esperado. Sobretudo no plano da internacionalização turística, registou-se evidência de que as empresas turísticas de menor dimensão manifestaram dificuldade de participação em ações coletivas de promoção no exterior da RAA, o que por maioria de razão explica a reduzida procura em matéria de projetos empresariais individuais.

Eficiência

17. Face ao caráter não central que os custos-padrão assumiram na programação, a análise de eficiência concentrou-se na avaliação do racional que acompanhou o estabelecimento das metas da programação e do modo como os recursos disponíveis são utilizados para as atingir. Os seus principais elementos de fundamentação foram a análise dos suportes de programação e da definição de metas, a análise comparativa de realizações e resultados físicos e a alocação de recursos financeiros e a mobilização dos resultados da auscultação de *stakeholders*.

18. A avaliação concluiu que a já longa experiência de programação de FEEI na RAA apresenta algumas características favoráveis a alcançar níveis de eficiência elevados, como por exemplo, a incorporação de especificidades regionais em matéria de custos unitários (custos da insularidade na construção, por exemplo) e o mapeamento prévio dos principais investimentos públicos cofinanciados pelo PO. Neste contexto, são praticamente residuais os casos observados de inadequação de metas ou de excesso de dotação, como o observado no EP 2. De modo geral, para as intervenções infraestruturais, de apoio às empresas e do FSE, o PO Açores é globalmente um programa eficiente, estimando-se que, regra geral, as metas estabelecidas serão atingidas com os recursos disponíveis. O EP 4 é, em termos de eixos prioritários, aquele que apresenta mais baixos níveis de eficiência. Vários *stakeholders* evidenciaram a necessidade de estudos mais aprofundados deverem avaliar se a programação de FEEI não estará a gerar nos Açores ganhos de “eficiência global”, por exemplo medidos através da evolução da produtividade total dos fatores, para a qual a avaliação não encontrou investigação publicada.

Valor Acrescentado Europeu

19. No âmbito do aprofundamento metodológico de que a avaliação do VAE beneficiou ao longo do processo de avaliação, a análise centrou-se nos seguintes elementos-veículo de VAE: (i) novas abordagens e instrumentos suscitados pelos FEEI; (ii) boas práticas e referenciais de qualidade a eles associados; (iii) alavancagem de investimento público e privado; (iv) efeitos de eficiência e eficácia; (v) sinergias entre investimentos.
20. A aplicação deste referencial permitiu concluir que: (i) os EP1 (pelo impulso FEEI de maturação do SRI Açores que pode proporcionar) e o EP2 (pelas externalidades positivas induzidas pelo projeto apoiado Azores Cloud) são os eixos com maior geração de VAE; (ii) desde que corrigida a programação relativa à eficiência energética, os EP 4, 5 e 6 veiculam uma promissora relação entre VAE e contributo da RAA para a agenda europeia do Green Deal, que é também observável na emergência de uma nova geração de políticas municipais para a sustentabilidade e a consolidação de novos modelos de gestão municipal.
21. A avaliação identificou ainda áreas em que a consumação do VAE está dependente de melhorias de inovação na programação. Esse é claramente o caso da (i) possibilidade do FSE gerar um contributo orientado para a racionalização e consolidação do sistema de oferta de ensino profissional, promovendo a sua especialização e disseminação por todo o território do arquipélago e (ii) da sua aplicação gerar abordagens mais integradas de combate à exclusão social e às situações de armadilha da pobreza e um novo ciclo de formação para a modernização da administração regional e local de resposta ao chamado choque digital.

Impactos na maturação do Sistema Regional de Inovação Açores

22. Na fase de implementação do PO correspondente ao período da avaliação, ele deu inicialmente origem a um conjunto de projetos de investigação de dimensão demasiado pequena e fortemente atomizados, tardando também em apoiar a formação de projetos estruturantes e mobilizadores. Outras áreas lacunares face aos padrões comparativos nacionais são experiências do tipo COLABS e uma maior extensão do I&DT empresarial.
23. A dimensão mais positiva de contributo para a maturação do SRI Açores observa-se no apoio às infraestruturas de base tecnológica NONAGON e TERINOV, aguardando-se que o apoio a idêntica infraestrutura para a área do Mar consolide este papel estruturante e fortemenmente contributivo para aquele objetivo.

Impactos em matéria de sistemas de incentivos, empreendedorismo e ações coletivas

24. O PO Açores cobre uma ampla bateria de dimensões de competitividade das PME regionais, embora esteja ainda longe de maximizar resultados em matéria de empreendedorismo tecnológico, internacionalização e aumento da base exportadora da RAA, maior difusão de fatores imateriais de competitividade designadamente capacidade de gestão e dinamização do investimento empresarial de inovação produto e inovação processo. A elevada procura do EP 3 sugere recetividade por parte das empresas regionais, com algumas limitações: empreendedorismo individual marginalmente associado a projetos de base tecnológica; elevada procura às ações coletivas focadas na internacionalização e reduzida procura de empresas individuais nesse campo; tensão existente entre o caráter de animação económica regional largamente diversificada no plano setorial proporcionado pelo SI Investimento Empresarial (com elevada procura, da qual mais de metade corresponde ao alojamento e restauração) e o seu contributo reduzido para a intensificação tecnológica e reforço da capacidade de internacionalização (exportação).
25. Os resultados do inquérito, embora não tendo atingido o nível de significância estatística desejado, evidenciam que o PO tem impacto na dinamização do setor empresarial açoriano, esperando-se ainda que a elevada procura registada em matéria de ações coletivas se traduza futuramente numa maior procura individual de empresas, sobretudo em matéria de internacionalização. Dada a recetividade manifestada pelo tecido empresarial regional ao sistema de incentivos, a avaliação conclui que é possível a partir dessa base alcançar níveis mais elevados de intensificação tecnológica e de inovação, mantendo vivo o objetivo de incrementar a base de exportação da RAA.
26. O Estudo de Caso sobre o sistema de incentivos revela ainda que, em manifesto contraste com a dinâmica de utilização de instrumentos de financiamento de dívida (linhas de crédito), a utilização de instrumentos financeiros de capitalização é praticamente insuficiente. Essa limitação é sobretudo penalizadora, sobretudo se tivermos em conta a necessidade de intensificar os exemplos de empreendedorismo de base tecnológica na Região.

Impactos em matéria de combate ao insucesso e abandono escolar e à pobreza e exclusão social

27. O inquérito realizado por questionário eletrónico a jovens participantes em estágios profissionais, a jovens envolvidos em cursos de dupla certificação, cursos profissionais, PROFIJ e a adultos envolvidos em processos de dupla certificação, sobretudo no primeiro caso, proporcionaram resultados bastante sólidos para a avaliação de impactos.
28. No caso dos estágios, para 1.088 respostas válidas, o quadro de impactos é muito positivo: (i) **taxa elevada de conclusão do estágio** – 84% há mais de 12 meses; (ii) **empregabilidade elevada**: 6 meses depois do estágio, 61,4% estavam a trabalhar; taxa que aumenta para 68,7% após 12 meses e ainda mais para a data do inquérito, 73,3%; (iii) **ativação de emprego**: 49% transitaram do desemprego para um emprego 6 meses após o estágio; (iv) **estabilidade do posto de trabalho**: 35% trabalhava no mesmo local 6 meses após o estágio; (v) **vínculo contratual**: 19,7% que tinham um vínculo a termo após 6 meses de estágio passaram a um vínculo sem termo um ano depois; (vi) **grau de satisfação**: 51% valorou como positivo a aquisição de conhecimentos do ponto de vista do seu percurso profissional.
29. No caso dos cursos de dupla certificação (306 respostas válidas em 2.646 questionários), o quadro de impactos não é tão evidente como nos estágios mas ainda assim é positivo: (i) **Incremento de escolarização**: 71% dos jovens tem objetivos de alcançar o 9º e o 12º ano de escolaridade; (ii) **Sucesso escolar**: 56% não teve qualquer retenção no seu percurso; (iii) **Reconhecimento da relevância do instrumento**: 58,5% reconhece a importância de obter o 9º ou o 12º ano de escolaridade e 71,6% valora a obtenção de uma qualificação profissional; (iv) **Empregabilidade**: 25,3% estavam a trabalhar 6 meses após o curso, 38,6% a frequentar estágio e 25,7% em prosseguimento de estudos; (v) **emprego/desemprego**: 8% estava em situação de desemprego 6

- meses após o curso e 19% estava nessa posição à data da inquirição; (vi) **satisfação geral** com a participação nos cursos.
30. No caso dos adultos em cursos de certificação escolar ou profissional, a baixa representatividade alcançada penaliza a avaliação (57 respostas no REATIVAR e 27 em cursos ABC): (i) **taxa de conclusão**: elevada (86%); (ii) **principal motivação**: certificação escolar e reinserção no mercado de trabalho com 32% a valorarem a realização profissional, com 73% a apontarem o reforço da autoestima como algo de primordial; (iii) **Emprego/desemprego**: na inscrição no curso 86% estava desempregado, passando para 34,4% 6 meses após o curso e 44% à data da inquirição; (iv) **transição e mobilidade**: 36,4% dos que estavam desempregados quando se inscreveram no curso continuavam desempregados 6 meses após a conclusão; 42,9% reintegraram-se no mercado de trabalho e 48% passou de desempregado a empregado; (v) **melhoria de qualificações**: 70% dos inscritos tinha à partida qualificação inferior ao secundário, tendo à data da inquirição 53,3% qualificação secundária ou pós secundária, evidenciando trajetória de melhoria de qualificação.
31. **Em matéria de impactos no combate à pobreza e exclusão social**, o investimento em infraestruturas sociais e de saúde, cumprindo o processo de mapeamento previamente delineado, assegura impactos relevantes do PO, sobretudo do ponto de vista da melhoria da proteção social em condições de fragmentação territorial. Estas melhorias geram condições facilitadoras para abordagens mais integradas. Um fator fortemente penalizador dos impactos do PO nesta matéria está associado à fraca execução das medidas de capacitação do tecido humano da economia social na RAA. Sem perder de vista a natureza multidimensional da pobreza na Região, os resultados alcançados (ver parágrafos anteriores) em matéria de sucesso escolar e de promoção da formação profissionalizante constituem fatores de redução de desigualdades e de redução da pobreza.
32. A dimensão estrutural da pobreza da RAA é sobretudo visível na ainda elevada taxa de risco de pobreza, apesar das suas melhorias recentes, e na estabilidade do peso de população a receber RMG e RSI. Apesar dos resultados já alcançados, a programação FSE em matéria de combate à pobreza e exclusão social tem de investir mais na intensificação de abordagens integradas e um maior foco nas situações de armadilha da pobreza e na regulação de desvios na mobilização dos programas ocupacionais que consiste em perspetivá-los como oportunidade de acesso a mão-de-obra barata.
33. A avaliação identificou ainda a necessidade da programação monitorizar fatores críticos na consolidação de impactos: (i) adequação da oferta de formação; (ii) qualificação da abordagem pedagógica nos cursos vocacionais; (iii) motivação de jovens para a formação profissionalizante; (iv) envolvimento e sensibilização de empregadores relativamente à oferta de cursos profissionais e de dupla certificação; (v) investimento em investigação e inovação na abordagem integrada à dimensão estrutural da pobreza.

Principais recomendações

34. O estudo de avaliação culmina com a formulação de um conjunto de recomendações, com interesse para o futuro período de programação e que são formuladas com identificação explícita dos seus destinatários. Neste sumário executivo, a organização das recomendações privilegia as mais importantes.

No sentido do PO Açores contribuir mais ativamente para a maturação do Sistema Regional de Inovação Açores

35. Promover as infraestruturas de base tecnológica (IBT) do NONAGON e TERINOV e a futura IBT para o Mar como as principais alavancas da intensificação das práticas colaborativas entre investigação e empresas regionais e da promoção do empreendedorismo de base tecnológica;

36. Dinamizar a procura de apoios do SI IDT em estreita articulação com a revisão da RIS 3 Açores;
37. Promover avisos específicos para a promoção de projetos estruturantes e mobilizadores e da I&D em copromoção;
38. Promover o Açores Digital Innovation Hub como alavanca da presença da RAA na prioridade nacional de desenvolvimento das tecnologias digitais e suas múltiplas e transversais aplicações;
39. Capacitar as IBT atrás referidas e o seu potencial de incubação e a Universidade dos Açores para uma promoção mais intensa do empreendedorismo de base tecnológica, com criação apoiada de centros de recursos e competências.

No sentido do PO Açores aumentar o seu impacto na intensificação tecnológica e de inovação das empresas regionais

40. Rever a dotação relativa dos apoios concedidos a (i) qualificação, inovação e internacionalização e (ii) animação económica regional, reforçando a primeira em detrimento da segunda;
41. Intensificar a utilização a abordagem das Estratégias de Eficiência Coletiva nas políticas de competitividade a apoiar pelo PO;
42. Capacitar o associativismo empresarial na RAA para uma mais intensa intervenção na programação regional;
43. Diversificar as ações coletivas reduzindo o peso da sua incidência na atividade turística;
44. Reforçar a seletividade do SI Investimento Empresarial;
45. Estudar modalidades de uma mobilização mais intensa de incentivos financeiros de capitalização em estreita articulação com a promoção do empreendedorismo de base tecnológica e a capacidade de incubação das IBT.

Para um mais relevante contributo do PO na redução dos custos de contexto regionais

46. Alavancar o Açores Cloud como fator impulsionador de uma nova geração de serviços públicos digitais;
47. Investir num novo ciclo de políticas de redução de custos de contexto com maior investigação e envolvimento de empresas regionais;
48. Promover uma melhor articulação entre apoios FEDER e formação para a modernização administrativa, designadamente na área da digitalização;
49. Conceber e implementar um programa de capacitação digital das empresas da RAA.

Para uma mais intensa participação do PO Açores na concretização da Agenda Europeia do Green Deal

50. Reforçar apoios à produção de energias renováveis na RAA;
51. Conceber e implementar um programa de valorização da economia circular;
52. Conceber e implementar um programa de iniciativas de descarbonização urbana.

Intensificar o nível de inovação nas políticas de combate ao insucesso e abandono escolar e à pobreza e exclusão social

53. Estimular a procura de formação cofinanciada dirigida a ativos empregados com processos de envolvimento das empresas e da formação de empresários;
54. Apoiar a consolidação e modernização do sistema de ensino profissional da RAA com padrões de especialização entre escolas regulares e escolas profissionais;
55. Desenvolver o sistema de antecipação de necessidades de qualificações;
56. Conceber e implementar programas específicos para situações localizadas de armadilha da pobreza;

57. Conceber e implementar programas de capacitação para os recursos humanos das Organizações da Economia Social da RAA;
58. Reforçar os processos de acompanhamento dos participantes em programas ocupacionais;
59. Reforçar medidas de orientação vocacional de jovens e adultos em processos formativos.

Investimentos na “infoestrutura” da programação

60. Melhorar o potencial de informação da programação do ponto de vista dos impactos dos sistemas de incentivos às empresas: produtividade; qualificações do emprego; internacionalização; fatores imateriais de competitividade
61. Apoiar um programa de investigação a assumir pela capacidade científica existente na Região sobre matérias em que a programação requer maior profundidade de conhecimento: (i) os NEET na RAA; (ii) incidência territorial de situações de armadilha da pobreza; (iii) percursos profissionais de diplomados de cursos profissionais; (iv) participação temporal de empresas da RAA em sistemas de incentivos; (v) estudos para a qualificação de medidas de apoio a processos de descarbonização; (vi) estudos sobre a evolução dos custos de contexto da RAA.